

Moção por Todas as Moções

A aprovação de moções de carácter específico, em Congresso, é um momento singular de participação direta dos membros e apoiantes na definição da orientação política e na gestão organizacional do LIVRE. Permite que um conjunto de membros ou apoiantes apresente aos seus pares medidas específicas que quer ver implementadas no, ou pelo, partido. A discussão destas moções tem ocupado, por isso, um espaço relevante em todos os Congressos de carácter programático do LIVRE.

Temos verificado, contudo, que a implementação destas moções não tem sido uma prioridade para os órgãos do LIVRE, o que desvirtua a essência do processo democrático que lhes deu origem.

Se a inclusão de medidas programáticas resultantes de moções de carácter específico poderá ser levada a cabo mediante contribuições através dos Círculos Temáticos ou por emendas aos programas, já as moções que implicam a alteração na forma como se gere o partido estão totalmente dependentes da mediação dos órgãos.

Estas moções mais práticas e de gestão do LIVRE, principalmente as que dependem de ação concreta do Grupo de Contacto, não têm sido encaradas como uma prioridade. Medidas tão simples como a aquisição de equipamentos ou a criação de espaços na página do LIVRE têm encontrado obstáculos ilegítimos relativamente à força democrática que lhes foi conferida pela sua aprovação em Congresso.

Assim, propomos que as moções aprovadas neste Congresso, bem como as que foram aprovadas em congressos anteriores e que ainda não tenham sido implementadas, de carácter programático e/ou executivo, sejam encaradas como prioridade do Grupo de Contacto, autorizando desde já a mobilização das verbas necessárias à sua execução e garantindo que os meios sejam disponibilizados com a brevidade possível para a execução das moções.

Com novo mandato na Assembleia do LIVRE, sugerimos um Grupo de Trabalho dedicado (GT Moções), que permita uma distribuição do trabalho e que faça um levantamento mais exaustivo do estado de cada moção, da sua adequação à realidade atual e que monitorize a sua implementação nos vários órgãos. Propomos, também, que a meio do mandato seja efetuado um relatório de execução e das moções por implementar, e que o mesmo seja divulgado junto dos membros e apoiantes.

Primeiros subscritores

Bernardo Marques Vidal; Miguel Cisneiros; Inês Cisneiros; Hugo Faria; Marta Setúbal; Ricardo Ferreira Gonçalves; Flávio Oliveira; João Manso; Rui Dinis Silva; João Barata

Rodrigues; João Vasco Gama; Tiago Mota, Ricardo André, Maria João Bernardo, Francisco Burnay